



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO TRT7.GP Nº 97, DE 10 DE ABRIL DE 2024

Designa as unidades gestoras de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-7).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (PGTIC), estabelecida pela Resolução Normativa TRT7 nº 7, de 3 de março de 2023;

CONSIDERANDO a importância de definir claramente as responsabilidades na relação entre as unidades que demandam soluções de tecnologia e as unidades provedoras de tais soluções;

CONSIDERANDO, como boas práticas, a Cartilha do Gestor de Solução de TI com ênfase na segurança das informações e o Índice Environmental, Social and Governance (iESGo) de 2024, ambos do Tribunal de Contas da União (TCU),

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Designar as unidades gestoras de soluções de TIC no âmbito deste Tribunal, na forma do anexo único.

Parágrafo único. O anexo único deste Ato poderá ser atualizado por portaria da Presidência.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS E DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeitos deste Ato, fica estabelecido o significado dos seguintes termos e expressões:

I - regras de negócio: são regras inerentes ao processo de trabalho que é apoiado pela solução de TIC e que determinam o comportamento de funcionalidades da solução e como as informações são processadas;

II - requisitos da solução de TIC: capacidades ou características que a solução de TIC deve apresentar, ou condições que a solução deve atender, com vistas à realização do seu propósito;

III - homologação: conjunto de ações que têm por objetivo verificar a conformidade de uma solução de TIC às respectivas regras de negócio e requisitos;

IV - nível de serviço: meta de desempenho ou de qualidade definida para a solução de TIC a exemplo de:

- a) horário de funcionamento;
- b) tempo máximo de resposta;
- c) quantidade mínima de transações;
- d) taxas de disponibilidade;
- e) prazo de atendimento do suporte;

V - acordo de nível de serviço: compromisso estabelecido entre a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), quando for a unidade provedora da solução, e o Comitê de TIC, no qual se estabelecem níveis de serviço para a solução no ambiente de produção, considerando-se as necessidades do negócio, o impacto para o Tribunal e o custo e a capacidade de alocação de recursos para o provimento da solução;

VI - unidade gestora da solução de TIC: unidade administrativa, judiciária ou grupo formalmente constituído, que atua na definição das regras de negócio, dos processos de trabalho, dos requisitos da solução de TIC e que administra a solução de TIC, nos termos deste Ato;

VII - gestor da solução de TIC: representa a unidade gestora da solução de TIC na execução de suas responsabilidades e atribuições.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete aos(às) titulares das unidades gestoras designadas e aos seus(suas) respectivos(as) substitutos(as) legais exercerem o papel de gestor(a) da solução de TIC.

§ 1º O(A) titular da unidade gestora poderá indicar os papéis de gestor(a) titular e substituto(a) da solução de TIC para outros(as) servidores(as) ou magistrados(as) mediante despacho em processo administrativo eletrônico dirigido à Presidência, inclusive quando necessário para alteração das indicações.

§ 2º No caso de Comitês ou de Subcomitês que atuarão como unidades gestoras de solução de TIC, o(a) Coordenador(a) do Comitê e seu(sua) substituto(a) legal serão considerados(as) os(as) gestores(as) da solução de TIC para todos os efeitos.

§ 3º As unidades gestoras responsáveis por sistemas, módulos ou satélites que façam parte de soluções de TIC nacionais que possuem comitês ou subcomitês regionais atuarão, em primeira instância, sem prejuízo das competências dos referidos comitês e devem reportar-se aos comitês quando necessário.

Art. 4º Compete aos(às) gestores(as) de soluções de TIC:

I - definir processos de trabalho;

II - participar da definição, validação e da homologação dos requisitos, dentro dos prazos e condições acordados com a SETIC;

III - definir os requisitos de segurança da informação necessários à solução e relacionados à obtenção, tratamento, transmissão, uso, armazenamento e ao descarte das informações recebidas, produzidas ou tratadas pela solução de TIC;

IV - interagir com os(as) desenvolvedores(as) em todas as fases do ciclo de vida da solução de TIC;

V - propor ao Comitê de TIC os níveis de serviços esperados para a solução de TIC, quando justificado que os níveis de serviço padrão não são satisfatórios;

VI - definir, em conjunto com a SETIC, estratégia de liberação e implantação da solução, considerando a necessidade de capacitação dos(as) usuários(as) e, quando for o caso, a realização de liberação em regime de piloto;

VII - homologar a solução de TIC, incluindo suas revisões (versões), e autorizar a liberação e a implantação da solução no ambiente de produção;

VIII - definir e revisar periodicamente os privilégios, perfis e os direitos de acesso de usuários(as) às funcionalidades e às informações disponibilizadas pela solução, bem como as regras de concessão e de revogação;

IX - interagir com os(as) gestores(as) das unidades usuárias da solução, especialmente quanto às dúvidas negociais dos(as) usuários(as);

X - avaliar as demandas dos(as) usuários(as) para melhorias ou para correções da solução de TIC;

XI - requerer manutenções evolutivas e corretivas na solução de TIC;

XII - identificar necessidades de treinamento e propor à Escola Judicial (EJUD7) o planejamento de ações de capacitação para uso da solução;

XIII - elaborar ou subsidiar a SETIC na produção de manuais, roteiros de utilização, tutoriais e de outras informações necessárias à correta utilização da solução de TIC;

XIV - propor, quando necessário, criação ou alteração de normas para regulamentar os processos de trabalho apoiados pela solução de TIC;

XV - manter a confidencialidade adequada a todas as informações a que tem acesso como usuário(a) privilegiado(a), tanto no ambiente de homologação, como no ambiente definitivo de produção;

XVI - acompanhar a utilização da solução de TIC e verificar se os requisitos gerais, em especial os de segurança da informação, estão sendo atendidos;

XVII - atuar para solução de inconsistências e de melhoria da qualidade dos dados;

XVIII - informar à SETIC as alterações de normas que afetem as regras e/ou os fluxos de trabalho executados na solução de TIC e que exijam a criação, atualização ou a extinção de funcionalidades em tempo hábil para viabilização da adequação necessária;

XIX - autorizar a cessão ou a divulgação de informações e de documentos constantes na solução de TIC, observando as normas aplicáveis tais como a Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei de Acesso à Informação;

XX - reavaliar, quando necessário, os benefícios, a necessidade, a utilidade e a utilização da solução de TIC e informar à SETIC as razões que possam ensejar a descontinuidade da solução, para fins de manifestação dessa unidade e subsequente apreciação da matéria pelo Comitê de TIC do Tribunal.

Parágrafo único. As competências dispostas nos incisos do caput deste artigo se aplicam, no que couber, às soluções de TIC providas por órgão ou entidade externa.

Art. 5º Compete à SETIC:

I - solicitar à Presidência a indicação de unidades gestoras de soluções de TIC que necessitam desta atribuição;

II - no caso da impossibilidade técnica de implementação dos requisitos gerais ou de segurança da informação propostos pelos(as) gestores(as) de soluções de TIC, comunicar o fato aos(às) gestores(as) e negociar a implementação de requisitos alternativos que não comprometam a segurança da informação, observada a relação custo-benefício dessas alternativas, envolvendo o Comitê de TIC e/ou de Segurança da Informação e Proteção de Dados;

III - reavaliar as práticas relativas à gestão de soluções de TIC no Tribunal e propor melhorias, caso necessário;

IV - orientar as unidades gestoras e os(as) gestores(as) de soluções de TIC quanto aos aspectos de segurança da informação a serem observados quando da definição dos requisitos das soluções de TIC.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência.

Art. 7º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Fortaleza, 10 de abril de 2024.

DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA

Presidente do Tribunal

ANEXO ÚNICO
SOLUÇÕES DE TIC JUDICIAIS

Solução de TIC	Provedor da solução (quem hospeda)	Unidade Gestora
Agenda presencial dos magistrados (CAMAGIS)	TRT-7	Secretaria da Corregedoria Regional
Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT)	Tribunal Superior do Trabalho (TST)	Secretaria-Geral Judiciária
Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DATAJUD)	CNJ	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS)	BANCO CENTRAL	Secretaria-Geral Judiciária
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	Secretaria-Geral Judiciária
Carteira de Trabalho e Previdência Social - eSocial (CTPS Digital)	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Secretaria-Geral Judiciária
Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRCJUD)	REGISTRO CIVIL	Secretaria-Geral Judiciária
Central Eletrônica de Registros Imobiliários do Ceará (CERICE)	CERICE	Secretaria-Geral Judiciária
Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB)	ARISP	Secretaria-Geral Judiciária

CODEX	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT)	Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)	Divisão de Gestão de Memória
Ferramenta de Mineração de Processos (JUMP)	CNJ	Secretaria-Geral Judiciária
Garimpo - Saneamento de Depósitos Judiciais	TRT-7	Secretaria da Corregedoria Regional
Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC)	JUCEC	Secretaria-Geral Judiciária
Módulo de Produtividade Mensal (MPM)	CNJ	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
PANGEA - Precedentes Qualificados	TRT-4	Divisão de Gestão de Precedentes
Portal de Serviços do TRT-7 - Carta de Serviços Eletrônica (Novo Portal)	TRT-7	Secretaria-Geral da Presidência
Portal de Serviços de Processos Físicos	TRT-7	Seção de Cadastramento Processual
Portal de Serviços de Processos Físicos - Módulo Administrativo	TRT-7	Coordenadoria de Serviços e Suporte de TIC
PREVJUD - Serviço de Informação e Automação Previdenciária	CNJ	Secretaria-Geral Judiciária
RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	Secretaria-Geral Judiciária

SAT Central / INSS	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Secretaria-Geral Judiciária
SERASAJUD	Serviços de Assessoria S.A. (SERASA)	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD)	CNJ	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema de Consulta a Dados Operacionais (SICOND)	TRT-7	Secretaria da Corregedoria Regional
Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão)	TST	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Sistema de Informações ao Judiciário (INFOJUD)	MINISTÉRIO DA FAZENDA	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema de Informações Eleitorais (SIEL)	Tribunal Regional Eleitoral (TRE)-CE	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA)	TST	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (SIGEO - AJ/JT)	CSJT	Secretaria de Orçamento e Finanças
Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB)	CNJ	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp INFOSEG)	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA	Secretaria-Geral Judiciária

	PÚBLICA	
Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNIPER)	CNJ	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema PJe - 1º Grau + Módulos e Satélites não listados abaixo	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema PJe - 2º Grau + Módulos e Satélites não listados abaixo	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema PJe - Admissibilidade	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema PJe - AUD4 (Audiências)	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema PJe - Calc (Cálculos)	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema PJe - Calc Cidadão (Cálculos)	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema PJe - Central de Mandados	TRT-7	Secretaria de Distribuição e Cumprimento de Mandados
Sistema PJe - COR (Corregedoria)	CNJ	Secretaria da Corregedoria Regional
Sistema PJe - e-Rec	TRT-7	Presidência
Sistema PJe - e-Remessa	TRT-7	Secretaria Judiciária
Sistema PJe - eCarta (Correios)	TRT-7	Seção de Cadastramento Processual
Sistema PJe - EXEPJe	TRT-7	Secretaria de Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais
Sistema PJe - GPREC - Gestão Eletrônica de Precatórios	TRT-7	Coordenadoria de Precatórios, Requisitórios e Cálculos Judiciais
Sistema PJe - Jurisprudência	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Sistema PJe - NUGEPNAC - Sistema de Gestão de Precedentes	TRT-7	Divisão de Gestão de Precedentes
Sistema PJe - SIF - Alvará Eletrônico da Caixa Econômica Federal	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária

Sistema PJe - SISCONDJ - Alvará Eletrônico do Banco do Brasil	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Sistemas TRT de Processos Físicos - Arquivo	TRT-7	Divisão de Gestão Documental
Sistemas TRT de Processos Físicos - Central de Mandados	TRT-7	Secretaria de Distribuição e Cumprimento de Mandados
Sistemas TRT de Processos Físicos - Precatórios e RPVs	TRT-7	Coordenadoria de Precatórios, Requisitórios e Cálculos Judiciais
Sistemas TRT de Processos Físicos - Protocolo	TRT-7	Seção de Cadastramento Processual
Sistemas TRT de Processos Físicos - SPT1 - 1º Grau	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Sistemas TRT de Processos Físicos - SPT2 - 2º Grau	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Solária - Robôs de Automação	TRT-7	Secretaria-Geral Judiciária
Solvere	TRT-7	Secretaria de Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais
Zoom - Videoconferências	ZOOM.US	Coordenadoria de Serviços e Suporte de TIC

SOLUÇÕES DE TIC ADMINISTRATIVAS

Solução de TIC	Provedor da solução (quem hospeda)	Unidade Gestora
Adobe Creative Cloud	ADOBE	Coordenadoria de Comunicação Social
AUTODOC	TRT-7	Divisão de Gestão Documental

Banco de Autoridades	TRT-7	Divisão de Cerimonial e Eventos
Biblioteca Digital	TRT-7	Seção de Biblioteca
Botão de Pânico	TRT-7	Coordenadoria de Segurança Institucional e Transporte
CadPASS - Recadastramento de beneficiários do PASS	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
Confluence - Gestão de Conhecimento	TRT-7	Coordenadoria de Sistemas de TIC
Connect-Jus - Portal de Governança Digital do Poder Judiciário	CNJ	Divisão de Apoio à Governança e Gestão de TIC
CRACHÁ - Sistema de Emissão	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
DCTF-Web - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos	RECEITA FEDERAL	Secretaria de Orçamento e Finanças
EAD - Escola Judicial - Moodle	TRT-7	Secretaria Executiva da Escola Judicial
EFD-REINF - Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais	RECEITA FEDERAL	Secretaria de Orçamento e Finanças
eSocial	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Diretoria-Geral
Ferramenta de Gerenciamento de Serviços de TIC	TRT-7	Coordenadoria de Serviços e Suporte de TIC
Google Workspace	GOOGLE	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC
GRC - Solução de Governança, Risco e Conformidade - Suite SA	INTERACT	Divisão de Apoio à Governança e Gestão de TIC

Identidade Funcional - Sistema de Emissão	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
ISS Fortaleza - Imposto sobre Serviço	Secretaria Municipal das Finanças (SEFIN-Fortaleza)	Secretaria de Orçamento e Finanças
Jira	TRT-7	Coordenadoria de Sistemas de TIC
Malote Digital	CNJ	Diretoria-Geral
Mentorh	TRT-7	Secretaria de Gestão de Pessoas
Metas Nacionais do Poder Judiciário	CNJ	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Organograma Institucional	TRT-7	Secretaria-Geral da Presidência
Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário	CNJ	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Portal Seguro Pastas de Rede VPN	TRT-7	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC
Portal dos Sistemas Administrativos Nacionais (Portal SISAD)	CSJT	Diretoria-Geral
Portal Web - Extranet / Intranet	TRT-7	Coordenadoria de Comunicação Social
Portal Web - Site Institucional	TRT-7	Coordenadoria de Comunicação Social
PowerBI - Painéis de BI	TRT-7	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD)	TRT-7	Diretoria-Geral
Renovajud	CNJ	Comitê Gestor da Política de Inovação do TRT-7
Revista Eletrônica do TRT-7	TRT-7	Secretaria Executiva da Escola Judicial

Sistema de Controle de Material e Patrimônio (SCMP)	TRT-7	Coordenadoria de Material e Logística
Sistema de Gratificação de Magistrados (SGM)	TRT-7	Diretoria-Geral
Sistema de Controle de Visitantes (SGV7)	TRT-7	Coordenadoria de Segurança Institucional e Transporte
SIABI - Memorial	WJ SERVIÇOS	Divisão de Gestão de Memória
Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	WJ SERVIÇOS	Seção de Biblioteca
Sistema de Administração Financeira (SIAFI)	MINISTÉRIO DA FAZENDA	Coordenadoria de Contabilidade
SIGEO - Sistema de Diárias	CSJT	Diretoria-Geral
SIGEO - Execução Financeira	CSJT	Secretaria de Orçamento e Finanças
SIGEO - Planejamento e Acompanhamento	CSJT	Secretaria de Orçamento e Finanças
SIGEP - APP JT SIGEP	CSJT/TRT5	Coordenadoria de Informações Funcionais
SIGEPJT - ACIP - Atualização Cadastral de Inativos e Pensionistas	TRT-7	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIGEPJT - ART - Ártemis - Indicação / Remoção de Servidores	TRT-7	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIGEPJT - Avaliação de Desempenho	TRT-7	Divisão de Desenvolvimento de Pessoas

SIGEPJT - Consulta de Informações Funcionais	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
SIGEPJT - DMAG - Designação de Magistrados	TRT-7	Secretaria da Corregedoria Regional
SIGEPJT - EJA - EJUD Averbação de Capacitações	TRT-7	Secretaria Executiva da Escola Judicial
SIGEPJT - EJUD - Gestão de Escola Judicial	TRT-7	Secretaria Executiva da Escola Judicial
SIGEPJT - Folhaweab	TRT-7	Coordenadoria de Pagamento de Pessoal
SIGEPJT - GAA - Gestão de Atos Administrativos	TRT-7	Diretoria-Geral
SIGEPJT - GECJ - Sistema de Apuração de Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição	TRT-7	Diretoria-Geral
SIGEPJT - GEST - Gestão de Estagiários	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
SIGEPJT - MAG - Magistrados	TRT-7	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIGEPJT - Manutenção Cadastral	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
SIGEPJT - MGP - Gestão de Passivos	TRT-7	Coordenadoria de Pagamento de Pessoal
SIGEPJT - PROGECOM - Gestão por Competências	TRT-7	Divisão de Desenvolvimento de Pessoas
SIGEPJT - ROL - Requerimentos / Frequência On-line	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
SIGEPJT - Sigep Online	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
SIGEPJT - SIGS - Gestão de Saúde	TRT-7	Secretaria de Saúde

SIGEPJT - Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da JT - Módulo Principal	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
Sistema de Gestão Estratégica da JT (SIGEST)	CSJT	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Sistema de Controle de Acesso do CNJ (SCA)	CNJ	Secretaria-Geral da Presidência
Sistema de Controle de Acesso do TRT-7	TRT-7	Coordenadoria de Sistemas de TIC
Sistema de Ponto	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais
Sistema de Transporte	TRT-7	Coordenadoria de Segurança Institucional e Transporte
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Secretaria de Orçamento e Finanças
Sistema Nacional de Monitoramento de Conformidade (SNMC)	CNJ	Secretaria de Auditoria Interna
Trabalho Remoto	TRT-7	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC
Utilitários TRT-7	TRT-7	Coordenadoria de Informações Funcionais